

REPERCUSSÕES AMBIENTAIS EM GARIMPO ESTÁVEL DE OURO - UM ESTUDO DE CASO

IRENE C. DE M. H. DE MEDEIROS PORTELA

SED 15

CE
Ex 2



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Fernando Collor de Melo

SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
José Goldemberg

PRESIDENTE DO CNPq
Gerhard Jacob

DIRETORIA DE UNIDADES DE PESQUISA
José Duarte de Araújo

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
Jorge Almeida Guimarães

DIRETORIA DE PROGRAMAS
Augusto Cesar Bittencourt Pires

CETEM - Centro de Tecnologia Mineral

DIRETOR
Roberto C. Villas Bôas

VICE-DIRETOR
Francisco Rego Chaves Fernandes

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TRATAMENTO DE MINÉRIOS - DTM
Adão Benvindo da Luz

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE METALURGIA EXTRATIVA - DME
Juliano Peres Barbosa

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE QUÍMICA INSTRUMENTAL - DQI
José Antonio Pires de Mello

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - DES
Ana Maria B. M. da Cunha

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - DAD
Vornei Mendes

REPERCUSSÕES AMBIENTAIS EM GARIMPO ESTÁVEL DE OURO: UM ESTUDO DE CASO

Irene de M. H. de Medeiros Portela

CT-00005456-3

SED 15
02
4.1

Tombos 300 6205

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Dayse Lúcia M. Lima

REVISÃO
Milton Torres B. e Silva

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

PROGRAMAÇÃO VISUAL
Alessandra S. Wisnerovicz

APOIO TÉCNICO
Divisão de Informática

CAPA
Jacinto Frangella

Pedidos ao:
CETEM - Centro de Tecnologia Mineral
Departamento de Estudos e Desenvolvimento - DES
Rua 4- Quadra D - Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21949 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Fone: 260-7222 - Ramal: 127 (BIBLIOTECA)

Solicita-se permuta.
We ask for change.

Portela, Irene de M. H. de Medeiros
Repercussões ambientais em garimpo estável de ouro: um estudo
de caso / Por Irene de M. H. de Medeiros Portela.
- Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1991

34 p. - (Estudos e Documentos,15)

1. Ouro - Aspectos ambientais. 2. Meio ambiente. 3. Garimpagem.
I. Centro de tecnologia Mineral. II. título. III. Série.

CDD 622.4

ISBN 85-7227-010-8
ISSN 0103-6319

estudos e

documentos

15

ISSN - 0103 - 6319

REPERCUSSÕES AMBIENTAIS EM GARIMPO ESTÁVEL DE OURO

- UM ESTUDO DE CASO

 CNPq CETEM	
PATRIMÔNIO	
17-B - 3992	
COL. DE.....VOL	VOL Nº
DATA 23/04/93	
REG. Nº	
BMB	

IRENE C. DE M. H. DE MEDEIROS PORTELA

 CNPq

CETEM

APRESENTAÇÃO

Ao se desenvolver um trabalho experimental numa área habitada por pessoas que extraem o produto de seu trabalho na própria região objeto de estudo, há a necessidade de se conhecer como se verificaram as relações sociais, formais e informais que, em verdade, encadeiam todo o processo de poder regional e tipificam as relações de trabalho existentes.

As áreas de garimpo no Brasil apresentam as mais variadas tipologias de relações de trabalho, que devem ser identificadas e analisadas, delas se extraíndo as lições de como, e de que maneira, poderão ser introduzidas eventuais modificações tecnológicas no processo produtivo de forma a, ou aumentar a produção, ou minimizar o impacto ambiental do processo produtivo utilizado.

Este trabalho, ora trazido à discussão da comunidade mínero-metalúrgica, apresenta o estudo de caso dos garimpos de Poconé.

ROBERTO C. VILLAS BÔAS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. UMA HISTÓRIA DE GARIMPO	3
3. GARIMPO E MEIO AMBIENTE	11
4. GARIMPEIROS DE POCONÉ	19
5. NOTAS	32
BIBLIOGRAFIA	33

1. INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir apresentado tem-se desenvolvido no âmbito do Projeto Desenvolvimento de Tecnologia Ambiental: Poconé, área piloto. O Projeto DTA reúne especialistas de diversas áreas e tem como orientação prioritária não apenas pesquisar - em geologia, engenharia de minas e metalúrgica, química e biologia - mas também desenvolver equipamentos e práticas de garimpo que o tornem menos impactante, do ponto de vista ambiental.

A perspectiva sócio-antropológica - outra frente DTA - e, em particular, a pesquisa de campo, que deu origem a este trabalho, tem embutido o mesmo duplo *bias*. Pretende-se estudar as relações sociais e de produção no garimpo, a partir do eixo meio ambiente; que é aliás, o eixo pelo qual os pesquisadores do Projeto - e eu mesma, portanto - entraram em Poconé.

Os biólogos, químicos e geoquímicos vêm-se dedicando sobretudo à avaliação dos efeitos causados pelo uso do mercúrio na fase de amalgamação e queima e, assim, ao conhecimento sobre o comportamento desse bizarro metal, atualmente uma constante nos garimpos de ouro do País. Os geólogos, engenheiros de minas e metalurgistas, por outro lado, olham tradicionalmente o garimpo a partir de sua formação profissional, voltada para a mineração por empresa - mais comumente de grande porte. O reconhecimento dos equipamentos, plantas e processos de mineração garimpeiros veio, desta maneira, junto com a definição dos papéis que estes tipos de profissionais podem desempenhar junto ao garimpo; neste caso, operacionalização de novas técnicas ou otimização de procedimentos habituais do garimpo, de modo a ter menos impacto sobre o meio ambiente.

Este trabalho reflete, na sua maneira pouco ortodoxa de problematizar o garimpo de Poconé, o esforço de situá-lo, a partir do eixo meio ambiente, numa perspectiva que possa interessar aos geólogos e engenheiros de minas e metalurgistas que estão envolvidos no Projeto. Os recursos diferenciais à história de Poconé e os processos político-ideológicos em curso - inclusive no que derivam de "meio ambiente" e do "fechamento" do garimpo em 1987 -, por outro lado, são temas que ajudam a identificar, que mapeiam o ambiente onde o Projeto está operando. Ao mesmo tempo, esse viés de leitura mostra-se relevante para mostrar a posição dos atores no garimpo e, assim, as expectativas e interesses diferenciais pelas mudanças que uma geologia ou uma engenharia de minas poderão trazer. Os aportes sobre a esfera ideológico-representacional do "garimpo do meio ambiente", Poconé, confundiram-se, deste modo, com a apresentação das categorias produtivas. Sem prejuízo analítico, porém, já que, com efeito, história, técnicas e processos são elementos que se imbricam fortemente com o atual fazer do(s) garimpo(s) de Poconé e de seu(s) fazer(es) com meio ambiente.

2. UMA HISTÓRIA DE GARIMPO

O garimpo surge como fundador de Poconé sempre que se trata de valorizá-lo positivamente. Nos dias de hoje isto é feito, de modo mais unívoco, por lideranças associadas localmente a garimpo, e funciona como uma estratégia de permanência no poder.

Uma espécie de discurso neutro sobre a fundação de Poconé associada a garimpo é comum em autores até a década de 50. Nesses textos, não obstante, "garimpos" é sinônimo de andanças, de folclores, de leis, formas, sinestésias, curiosidades, de modos de desbravar o sertão, de entradas - incluindo a de Poconé - que se opõem a uma sociedade do leste brasileiro, das capitais ou ao estabelecimento via pecuária. Ferreira (1958) é bastante exemplar:

A descoberta das minas de ouro do 'Beripoconé', em 1777, deu origem à fundação de Poconé. As lavras de 'Ana Vaz', 'Tanque do Padre', 'Tanque dos Arinos', 'Lavra do Meio', 'Tereza Botas' e outras, desde logo se povoaram de faiscadores, aventureiros e mercadores que, seduzidos pela abundância do ouro extraído, formaram o núcleo inicial de povoamento da zona (...). Arrefecida a febre do ouro, tal como ocorreu nas primitivas lavras do norte do Estado, começou a decair o próspero arraial, cujos componentes mais avisados, transpondo o ribeirão 'Bento Gomes', instalaram as primeiras fazendas de criação nos férteis campos que ali descobriram entre os rios Paraguai e São Lourenço. Essa providencial mudança de atividade veio a tempo de salvar a zona de total despovoamento, fixando definitivamente ao solo a população flutuante das lavras auríferas. Estabelecendo-se na extensa zona de pastagem do Pantanal, desde logo se multiplicaram as propriedades pecuárias que, com o decorrer dos anos, deram ao município a destacada posição de 3º produtor de bovinos do Estado (op. cit.: 245-246).

Os relatos sobre a história de Poconé hoje são poucos, e a maioria dos que foram coletados surgiu a partir do mote garimpo. Em outros termos, a cidade transformou-se numa cidade de garimpo, e é, a partir

do recurso às transformações que engendrou, que a própria pecuária ou a própria cidade são referidas. Não se trata mais de uma história no sentido literal, mas de uma história recente, do garimpo que surgiu a partir de 1982 e que reestruturou boa parte dos discursos e práticas vigentes.

Ao nível dos pecuaristas, por exemplo, o garimpo tornou-se referencial importante no falar de si e de sua atividade. A cidade deixou de ser uma cidade de pecuária e, assim, a representação ideológica da pecuária perdeu substrato, deixando de ser encompassadora. Os pecuaristas passaram a dever representar seus interesses de forma mais evidente, lidando com garimpo. Neste sentido, identificam queixas ambientalistas, em particular assoreamento e mercúrio, e usam sobretudo a primeira para se lhe oporem, inclusive ao se auto-afirmarem. A história relatada é a do rompimento da hegemonia da pecuária e de uma mudança que cobre vários níveis: mão-de-obra, comercialização, relações públicas e pessoais. Poconé é, então, apresentada como local de tradição pecuária, "tradição" que foi rompida com o garimpo; no mesmo processo que vem transformando seus representantes num "grupo de interesses" (para a noção cf. Cohen, 1974).

Nesse quadro, o universo do garimpo é associado à idéia de confusão: não é portador de uma tradição análoga à que existia no município. As relações pessoais e de interesses passam a dominar e a ter desempenho necessário das elites, inclusive junto a uma classe política que surge enquanto tal nesse processo. Esta classe estrutura-se no zelo pelo progresso da cidade, derivado do garimpo, e no controle, na estabilização do garimpo. As elites têm agora dupla proveniência, pecuária e garimpo. Deste modo, nas representações da classe política está sintetizado o balanço entre a quebra de uma tradição e o afirmar de um valor análogo, embora de novo tipo: o de controle. Definem-se aspectos e grupos do garimpo que podem ter o sinal da "confusão", no mesmo movimento em que se isentam outros garimpos; que passam a poder simbolizar a almejada "dinâmica tradicionalizada", a forma particular de "modernização conservadora" (Eisenstadt, 1979) ocorrida no município do garimpo estabilizado, Poconé.

As novas elites poconeanas, em termos de riqueza e prestígio ao nível local, fruto essencialmente do garimpo, associam-no a progresso da cidade. Recorrem, prática e simbolicamente a valores tradicionais, como os de permanência e estabilidade vinculados à pecuária e à posse de fazendas. Ao mesmo tempo, afirmam que a cristalização era excessiva, o afastamento dos centros - a ruralização -, um certo fim feito de excesso de permanência, pediam transformações, pediam um dinamismo como o que o garimpo trouxe: o que antigos comerciantes poconeanos "pessoas respeitáveis", podem atestar:

O comerciante dizia: 'graças a Deus que vocês vieram, graças a Deus que o garimpo tá chegando, porque nós estávamos a ponto de fechar as portas'. Neco da farmácia me disse isso. Tomás do armazém me disse isso. E outros comerciantes que, se eu fizer força na memória, me lembro. Mas esses são pessoas respeitáveis que poderão ouvir. 'Graças a Deus que vocês vieram porque nós estávamos falidos aqui para fechar as portas' etc.

A história do garimpo passa, neste grupo social, a ser sinônimo de "salvação" de Poconé. Fim de mundo, fim de linha, fim de momento, fim de história, tudo se transformou com o garimpo. Nem tudo para bem, já que, inclusive, passa a ser necessário um esforço muito constante para garantir a permanência, para impedir forças, histórias, pessoas novas, e estranhas, ao "novo" introduzido com o garimpo e que agora cabe reproduzir. Não interessam histórias sobre garimpos em geral. Interessa, sim, uma história do garimpo de Poconé e de como, ao cabo de pouco tempo e de muitas agruras sofridas pelas novas elites convertidas, esse se tornou num garimpo estável, num garimpo que controla as transformações, que converte as pessoas, que impede os conflitos e as histórias de conflitos de interesses ao reagrupar tudo numa história de progresso da cidade quase morta via (re)surgimento do garimpo - e de algo de sua história mais antiga, mais primeva: que, então sim, ecoa.

É possível contar uma história linear do surto recente do garimpo de

Poconé, de 1982 para cá. A notícia de que havia ouro, a "fofoca" de algum modo correu. Foi um segredo do município de Poconé durante um certo período mas, mais ou menos rapidamente, chegou a Cuiabá. Final de 82, início de 83 instala-se maciçamente a lavagem de "quirera"; como descreveu um garimpeiro:

Poconé foi primeiro com o Joaquim Padeiro e com o Muraro e também na fazenda do Zé Maria tinha já um árabe trabalhando e o seu Altino. Esses dois que falei primeiro tavam na fazenda do Zé Maria. O Joaquim tava na terra dele, ali perto do matadouro e o Muraro tava lá perto do Tanque do Padre. Em 83, talvez fim do ano de 82. Mas era um negócio de lavadeira, não era moinho. E muito assim: ninguém acreditava (...), os próprios comerciantes dali, ficaram céticos, então eu vou me meter a procurar alguma coisa que eu não plantei? Colher alguma coisa que eu não plantei? (...). Em Várzea Grande já fervia essa história de garimpo mas ninguém tinha coragem. Mas quando me disseram que tinha vindo um cara de lá pesquisar por aqui, e o Paulo Louro então achou ourinhc aqui. O ouro que tinha aqui era ouro solto, ouro de quirera, ouro, acho que chamam de aluvião. Ouro solto, ouro solto que os antigos não acharam, não conseguiram pegar nas peneiradas.

Durante o ano de 1983 é, portanto, basicamente lavagem de cascalho em lavadeira. No final desse ano introduz-se, em termos de tecnologia de garimpo, os moinhos, ainda para moer cascalho solto. Em alguns casos já se emprega maquinário pesado: caminhões e retroescavadeiras, basicamente para coleta e transporte de cascalho até aos locais de lavagem. O controle desses equipamentos determina já os lugares que passarão a ser ocupados pelos poconeanos que, timidamente, entram no negócio - sobretudo de compra de cascalho de outrem - e pelos não-poconeanos. A imagem, então é muito especificamente a da falta de história não apenas geológica - falta que é completa - mas mesmo de tratamento de cascalho, de uma "falta de história de garimpo, de "tecnologias de garimpo":

Começamos a lavar, aí tinha dificuldade com retroescavadeira, dificuldade com máquina, dificuldade com caminhão. (...). Uma loucura mesmo e sem experiência. Ouro não tem história, o ouro começou a ter história outra vez agora, de 5 anos para cá. Na verdade, nós é que estamos fazendo história do ouro. Não deixaram... houve um espaço vazio, muito grande entre o século XVIII e o reinício aqui dos garimpos. De modos que nós começamos a lavar e toda máquina que eu trazia o fazendeiro vinha de lá e arrastava ela pra lá; ele vinha buscar no caminho. Fazendeiros daqui precisavam de máquinas também, retroescavadeiras, às vezes para fazer algum tipo de serviço de barragem, pra fazer, enfim, buracos pr'água pra gado (...) e de repente eu perdi a retro porque ele fazia promessas mais concretas pro cara e eu dançava, porque o próprio operador da máquina eu ia buscar na Várzea Grande. (...). Aí nós estávamos já passando um aperto terrível, começou o Elcio da compra de ouro lá de Cuiabá, soube que a coisa aqui tava dando um ourinho bom (...), a pressão tava sendo muito grande pra eles lá [na Chapada] e eles vieram pra cá. Entraram aqui, com certos vizinhos cedendo um pedacinho de terra, alguma coisa, pesquisa e, num prazo de 60 dias, tinha 35 caixas lavadeiras aqui. Aí foi uma invasão de córrego, foi aquela dor de cabeça, falta de orientação, falta de *know how*, tecnologia; nada, não tínhamos nada. Então o pau quebrou na beirada do córrego ali. (...). A gente entendia que aquilo quando chegasse aqui pra baixo, naquele tempo não se falava em azougue, no mercúrio. O negócio era só na bateada e o pau quebrava. Nesse tempo peneirava-se. Lavadeira era peneirada, três, quatro peneiras. Então nós pegávamos pepitas de 18, 20, 22 gramas, pepitas menores e o ouro fino também; e perdia-se muita coisa. Eu não aguentei mais. O azougue entrou aqui 8, 9 meses depois.

O relato acima foi feito por um moinheiro, de porte médio, estabelecido em Cangas. É dono de uma cascalheira, onde se tem instalados cerca de 30 sarilhos, 30 bancas. Não é originário de Poconé. É curioso notar, neste sentido, que sempre foi com pessoas deste gênero, oriundas de fora e sem envolvimento direto com as histórias pessoais e políticas anteriores, que se pôde obter "histórias" mais "objetivas" sobre o garimpo de Poconé. A tônica do discurso da classe política e dos empresários do garimpo fortemente ligados a poconeanos é nos bens que o garimpo trouxe para a cidade, quando se trata de relatar sua história. Já este outro grupo social, moinheiros e donos de cascalheiras

não-poconeanos, tende a fazer relatos mais lineares, onde a atração do ouro e o direito a senti-la se fazem presentes. Isto é, sem dúvida, coerente com o menor valor do papel que socialmente lhes foi atribuído por sua origem externa. Comportam-se, assim, ao modo de "indivíduos", pessoas que ganharam um lugar na tradição do garimpo, na "tradição" remontada com o garimpo:

Então imediatamente eu voltei pra casa e contei pra minha mulher e aí resolvemos de uma vez vir pra cá porque... o dia que alguém chegar pr'ocê e disser 'ó, tem ouro na tua terra'... é um sonho que você tem ele desde a infância, né? Lê revistinha, lê o Pato Donald, o tesouro perdido. (...): 'puxa, se eu achasse!'. Todo cara tem direito de ter história de piarta. Todo cara tem direito ao anseio de sonhar. Bom, então na minha mão eu tinha ouro. Bom, não sei quanto. Sim. Mas eu vou buscar o que tiver. Aí viemos pra cá, fizemos algumas compras...

Quando se toma a terceira categoria relacional de garimpeiros de Poconé, os filãozeiros, os relatos sobre histórias de vida de certo modo ocupam o espaço dos relatos sobre a história do garimpo. Com efeito, para os filãozeiros poconeanos, a grande maioria nos dias atuais, a sua inserção no garimpo dá-se numa seqüência natural à saída da pecuária. É a partir de 1984, 1985 e, portanto, do início da lavra propriamente dita, que a maioria veio trabalhar com garimpo. Este processo foi consentâneo, nas descrições feitas, a uma espécie de cercamento de terras nas antigas fazendas. Não se percebe uma valorização unívoca do garimpo, embora, no contexto que o garimpo definiu, seja visto como algo que tem de permanecer.

As histórias de garimpos relatadas pelos filãozeiros são de dois tipos básicos: de controle - através, inclusive, de testes comparados de cascalho oriundo da mesma frente de lavra - dos que moem o seu material, dos moinheiros, e de como não logram obter o controle dos meios de produção. Neste sentido, a história do garimpo que relatam é a do cotidiano das relações pessoais e de produção no garimpo. São histórias de "bamburro" e de como, da atividade na roça, de moradores

nas fazendas, passaram ao garimpo, a classe média, a filãozeiros. São ainda histórias de como não logram tornar-se moinheiros no sentido estrito, de como permanecem filãozeiros; detendo ou não, temporariamente, pequenos moinhos.

Sintetizando, o que se percebe em Poconé é uma ausência de uma "história geológica". Não há conhecimento geológico nem este é buscado historicamente. O garimpo do passado, da fundação do arraial, opera apenas como uma memória e é empregado como sinônimo de pontes com o exterior, uma das fontes de legitimação política ensaiadas atualmente. Não é sequer identificável um esforço de mapeamento de locais de bateamento dos "antigos", embora a verificação de quantidades grandes de quirera sirva como indicador de riqueza do terreno. De qualquer modo, esse é um garimpo de outros tempos e, assim, donde o conhecimento geológico estava ausente.

Por outro lado, a quirera é fortemente associada ao reinício de garimpo, à derrubada da tradição anterior, de caráter hegemônico, e a sua substituição pela nova tradição - e pelas novas elites - que se quer agora reproduzir. Assim, na medida em que se tenta introduzir uma nova tradição, o próprio conhecimento geológico hoje é visto com desconfiança. Não se trata de operar uma espécie de "modernidade" que contém o saber, no caso geológico, como fonte de geração de riquezas. Trata-se, sim, de manter o controle sobre uma dinâmica, de efetivamente instaurar uma "tradição dinâmica" de garimpo e, desta forma, de garantir que a própria "modernização" - potencialmente associada ao conhecimento geológico em abstrato - não irromperá nem comprometerá as estruturas de produção, propriedade, poder, e simbólicas da "nova história" do garimpo de Poconé.

O conhecimento geológico chega a ser visualizado como necessário, mas como uma espécie de mal necessário. Articula-se, mais uma vez, com a noção de garimpo genérica, com a possibilidade de entrar numa outra fase de garimpo, posterior à lavra a pequenas profundidades. Está, assim, vinculado a novas transformações. Ao mesmo tempo que significa a continuidade do garimpo, da nova tradição implantada,

significa também rearranjos, novas mudanças, um refazer, um reincorporar da dinâmica que, por ora, está sob controle, tradicionalizada. O conteúdo de modernidade associado ao conhecimento geológico projeta-se, deste modo, nos diversos planos a que surge associado: exterior e problemas comuns ao garimpo como um conjunto; internamente e modos de reproduzir posições, poderes e relações sociais e de trabalho existentes com os novos elementos que poderá acarretar.

O outro aspecto que vale a pena salientar é o de que as "histórias" sobre Poconé, sobre pecuária e sobre garimpo variam fortemente de acordo com os grupos sociais que as produzem. Mais do que isto, a história sobre o garimpo é um plano simbólico onde o mapa social definido pelo garimpo para Poconé hoje se manifesta com clareza. A posição dos atores e as estratégias de controle e reprodução de poder - num garimpo que se apresenta como uma "nova tradição conservadora", como uma "dinâmica tradicionalizada" - exprimem-se nas variantes como a história de Poconé e de garimpo são apresentadas. Os recursos, ou não, à oposição com a pecuária, às mudanças induzidas pelo garimpo e o próprio uso diferencial de "história" são elementos constitutivos destas variantes e informam-nos sobre o que os diversos grupos de atores entendem ser o garimpo de Poconé.

Nesse contexto, o conhecimento geológico funciona como uma projeção, algo para diante, externo a Poconé e à sua história. Opera como um elemento a ser incorporado, como insersor de uma dinâmica com sinais ainda desconhecidos e que deve ser trabalhada de modo a garantir que as únicas mudanças permaneçam sendo as já ocorridas, as já estabelecidas na saída de uma "velha pecuária" para uma "nova cidade" de garimpo.

3. GARIMPO E MEIO AMBIENTE

O discurso ambientalista predominante hoje no Brasil caracteriza-se por ser de tipo "condenatório-afirmativo", aspecto que possui grande interesse teórico e que define a maneira como o "ambientalismo" constrói e lida com o garimpo. Por outro lado, inevitavelmente, os efeitos que o meio ambiente tem a nível local, em Poconé, coadunam-se com esse caráter discursivo totalizante.

O que caracteriza a relação que se estabeleceu entre o discurso ambientalista e o garimpo, o que torna o primeiro do tipo totalizante, é a ausência de matrizes comuns de valor. Explicando melhor, o meio ambiente (re)criou *um garimpo* para afirmar-se. Buscou no garimpo um antagonista. Contudo, não conferiu qualquer espessura a esse outro, apenas o trouxe à baila para atribuir-lhe um papel de opositor de meio ambiente (cf. Notas).

A idéia pode ser apresentada doutro modo. Nada de intrínseco faz com que o garimpo seja um opositor de meio ambiente. Garimpo era, até há bem poucas décadas, oposto complementar de "assentamento", de "civilização", de cidades, do leste do Brasil. Eram "bandeiras", "desventramento", o Brasil em movimento. Assentar e desventrar eram, neste sentido, opostos complementares, ambos de valor positivo, numa articulação onde o caráter hierárquico mais típico se fazia presente. O discurso ambientalista se insurge e fá-lo (re)surgindo a temática garimpeira, elegendo-a em problema e, mais do que isso, em problema ambiental.

Dessa forma, o garimpo é, e não é, definido pelo meio ambiente. Em termos concretos, o meio ambiente tem o poder de demarcar planos de identidade garimpeira. Tem condições de falar sobre o garimpo; não sobre o garimpo como um todo, de cobri-lo, embora essa seja uma "vontade discursiva" que existe. O garimpo, por seu turno, pode apenas pegar alguns elementos do discurso ambientalista, pode e precisa incorporar - e tentar reverter - traços ambientalistas na sua auto-afirmação.

Não domina, porém, esse discurso. Não é seu opositor equivalente e, assim, partes de identidade garimpeira operam em esferas independentes, operam com e à parte - ao mesmo tempo - do meio ambiente.

Esta inter-relação entre garimpo e meio ambiente mostra-se de forma muito clara em Poconé. Quando se trata de fechamento do garimpo - de deixar de ser garimpeiro portanto - meio ambiente é o tema. Já quando se trata de falar sobre as diferenças no garimpo - sobre identidades garimpeiras em Poconé - justiça, capital e trabalho, bons e maus moineiros e políticos, são os temas. O meio ambiente só é um problema porque detém o poder de fechar o garimpo e, assim, de anular as próprias diferenças. Por outro lado, o fato da continuidade do garimpo depender do cumprimento de exigências ambientalistas, implica, entre outras coisas, num imobilismo, em não operar as diferenças, tanto prática como discursivamente. Os grandes assuntos identitários, e produtivos, não são de ordem ambiental mas, na medida em que o garimpo se tornou um "garimpo ambiental", essa esfera ganhou densidade, ganhou poder, passou a determinar, por exemplo, a "tradicionalização da dinâmica" existente hoje em Poconé.

A onipresença do meio ambiente é consentânea, a nível local, com estranheza. Define-se um forte descompasso entre o garimpo e o garimpo do meio ambiente que Poconé se tornou. Por essa via, o ambientalismo funcionou como matriz para discursos e estratégias de construção de poder e reprodução do *status quo* instituído a partir do fechamento. Alguém ter vindo de fora, ou deter formação fora, se tornou sinônimo de conhecimento das esferas externas e - sem nenhuma outra passagem - de conhecimento do que é meio ambiente. Deste modo, ausência de elementos precisos no discurso ambientalista permitiu que o conjunto meio ambiente fosse apropriado para a construção de lideranças dirigidas ao público local.

O surto recente do garimpo de Poconé não operava o meio ambiente, que surge apenas com o fechamento, em 1987. Internamente, a história de valor positivo que corre é a diminuição do "surto", do fim de muita gente de fora, do fim da "falta de controle". Deste modo, na justificativa

do fechamento pelo meio ambiente e da manutenção de lideranças específicas para tratar com o meio ambiente, lidar com o exterior e garantir o "não-fechamento", um outro tipo de acusação nacional se faz presente: a que associa garimpo a descontrole social, político, tributário e mesmo legal. Nestes termos, a "questão social", quando colocada, aparece em associação com necessidade de "maior controle"; de organização e de maior justiça em termos de distribuição de riquezas. Ao nível local, de Poconé, foram, portanto, construídas lideranças pós-fechamento que empregam, na produção de seus discursos legitimadores, elementos esparsos das acusações existentes a nível nacional. O caráter ambíguo e, por vezes, internamente contraditório das acusações, bem como a ausência no discurso ambientalista de dados precisos, geraram o seu descompasso com o garimpo. Geraram, também, novos espaços de poder que combinam, que cristalizam formas ambientalistas para sua reprodução.

De certo modo, o meio ambiente tornou-se um operador próprio em Poconé, instituidor de uma esfera de poder que, por seu turno, impede que outras estratégias de defesa de interesses, de afirmação de diferenças, de construção de lideranças, em suma, que outras dinâmicas de garimpo possam se desenvolver ou prosseguir. Na atual conjuntura não há mais surto, e a maioria dos que "eram de fora" saiu da cidade. Os que permaneceram foram incorporados, tornaram-se de Poconé, assentaram. Assim, o conjunto de Poconé passou a estar domesticado. Pela interferência do meio ambiente não há mais garimpo ou, com maior precisão, desapareceu qualquer potencial de dinâmica associado ao garimpo. Não há mais desordem, bagunça, gente de fora. Há, assim, - esse é o discurso auto-afirmativo - esferas, pessoas capazes de entreter as relações com o meio ambiente e de, ao mesmo tempo, assegurar a continuidade do "garimpo para o meio ambiente".

É curioso perceber como o meio ambiente define planos próprios de ação política, tanto a partir de ser um problema "nacional" como a partir de ser uma matriz ambígua, manipulável de valores. O poder municipal se ancora fortemente nestes dois aspectos, do mesmo modo que os emprega em suas articulações com a política do estado de Mato Grosso.

Em termos identitários, o município de Poconé - funcionando junto com Livramento - está fechado, virou Pantanal. Na lide com não ser Pantanal, ou só Pantanal, criaram-se mecanismos de legitimação e de disputa, que empregam acusações ambientais conhecidas. São baixadas legislações, sistemas de controle do assoreamento e do uso de mercúrio. A noção de "controle", de manter sob controle grupos e atividades produtiva e socialmente distintos, passa a afirmar-se de *per se*. Sabendo de tudo e de todos, registrando, controlando, conhecendo, o garimpo de Poconé não será definitivamente fechado. Contudo, e aí reside o ponto que se mencionava anteriormente, isto passa a ser pertença, atributo de poucos, daqueles poucos que exercem um perfeito controle dentro, em nome de conhecer as exigências de fora; e que buscam legitimar-se junto aos órgãos e pessoas de fora, aos do meio ambiente, em nome de dominar os processos internos do garimpo em Poconé.

Um plano expressivo de diferenças identitárias marcado pelo meio ambiente é o que se estabeleceu entre o distrito de Poconé e o de Cangas. Não é possível saber se noutras condições algum processo de demarcação de diferenças estaria ocorrendo. O fato, porém, é que o meio ambiente serve de substrato a discursos "separatistas". Poconé torna-se, então, fim de linha, Pantanal mesmo; recorrendo-se, ainda, à tradição pecuária a que ainda está voltado e de onde não deveria ter saído. Já Cangas não tem córregos, não tem assoreamento, tudo é longe dos rios e do Pantanal. O próprio mercúrio está, pois, mais longe. Cangas, nessa construção de idéias, deve tornar-se um município, no "município de garimpo"; à parte de Poconé, à parte do "município de garimpo do meio ambiente", noção que, assim, vira atributo só de Poconé.

O mercúrio é um problema que possui razoável dose de independência das demais acusações. É genericamente percebido como algo físico e que, portanto, potencialmente causa males físicos. Não paira como acusação genérica ao garimpo no sentido amplo. É algo manipulado por todos, todos os dias e, assim, há uma "vontade de saber" (Foucault, 1977) muito elevada. Um dos aspectos notáveis é, exatamente, o esforço que garimpeiros demonstram no sentido de separar o

"problema do azougue" das demais acusações ambientalistas e, ao mesmo tempo, de encontrar, de dar-lhe uma cara precisa:

É de usar 100 gramas, 200 gramas, às vezes um pouco mais, menos. A gente não tem uma média (...) mas eu acredito que não chega a 300 gramas por mês. Então é um consumo fraco, porque a quantidade de metal, a gente mistura com ele para tirar é pouco. Então torna-se contra o consumo dele. E o que ele vai, fica na caixa, não perde. 'As vezes derrama um pouquinho, porque resume já perde um pouquinho, então põe na caixa. (...). Eu não sei se precisaria jogar ele num lugar à parte, mas se for preciso... porque o mercúrio que tem nele... que a gente sabe que ele fica na centrífuga; porque o mercúrio que colocar na caixa, resumiu, sobrou um pouquinho, esperdiçou, derramou, no momento que ele passar pelo moinho novamente e pela centrífuga, ele vai ficar na centrífuga; então no momento que vai tirar aquele resumo, o que tiver mordido fica na centrífuga novamente. Então não tá perdendo ele, não tem perigo de ele estar esparramando. A ecologia, assim...

A queixa básica comum é de que o meio ambiente desconhece o garimpo ou, noutros termos, que, embora os garimpeiros venham processando mudanças, venham incorporando o meio ambiente na sua identidade e nos seus processos produtivos, nada disso encontra eco. Sua história com o meio ambiente não é, pois, correlata a uma história do meio ambiente com o garimpo. Eles não são interlocutores para meio ambiente embora sejam obrigados, e o façam, a seguir e buscar seus vagos ditames, a lidar com as acusações que formulam. O azougue - tanto do ponto de vista legal como representacional, é traço predominante nas queixas ambientalistas, ou feitas em nome do meio ambiente. Nem por isso o caráter da lide entre ambiente e garimpo se alterou. Poluição por mercúrio tornou-se acusação fácil. Os garimpeiros de Poconé querem então saber, querem que as alterações que introduziram sejam sabidas, querem que o "mercúrio do meio ambiente" se defina para poder dar uma cara ao seu "mercúrio do garimpo".

A distribuição das duas acusações principais - poluição por azougue e assoreamento - chega a insinuar algumas diferenças identitárias.

Quem tem na lavra sua atividade principal - caso dos filãozeiros - por vezes tende a descartar toda e qualquer procedência de ambas acusações. Em nome do meio ambiente, por exemplo, os primeiros 150m, a contar da Avenida Porto Alegre, da "Cascalheira da Prefeitura" foram fechados. Há tentativas, todas sem sucesso, de contestar o fechamento pela Prefeitura em nome do meio ambiente. A contestação emprega, exatamente, a idéia de que lavar - o que é feito na Cascalheira - não implica em usar azougue. Tampouco existem córregos ali e, portanto, não há nenhum assoreamento direto. Cobrir filões abertos, já muito rebaixados e que estão a profundidades grandes, é uma hipótese que os filãozeiros que trabalham na Cascalheira consideram. Mas isto ao mesmo tempo em que percebem que "então o problema não é do meio ambiente" e ainda que, mesmo jocosamente, saibam que é em nome do meio ambiente que não podem contestar o fechamento.

Quando se considera o beneficiamento, a propriedade ou não de equipamentos como a centrífuga torna-se um elemento importante para ripostar a acusação de poluir com mercúrio. A centrífuga passa a ser acionada, por quem a detém, como símbolo de uma outra espécie, de uma certa qualidade de garimpo que não se confunde com o do vulgo, dos outros, dos poluidores com mercúrio. Quando ser proprietário de centrífuga se acopla com efetuar a própria lavra - com potencialmente, se for o caso, poder controlar o próprio assoreamento através de um "garimpo de geologia" - uma identidade social se afirma através desses dois símbolos. Essas pessoas buscam mostrar que são diferentes, são uma classe à parte. Assim, o meio ambiente serve como substrato para sua afirmação de superioridade, ao mesmo tempo que engendra uma expectativa de tratamento diferenciado: de certo modo, não serem mais considerados apenas garimpeiros, apenas parte do garimpo do meio ambiente.

O beneficiamento de um modo geral, e os moinhos em particular, são um aspecto mais complexo quando consideramos os produtos de diferenciação identitária que o meio ambiente gerou em Poconé. Todos - filãozeiros, donos de cascalheira e moinheiros - usam moinhos. O azougue não é mais usado nas calhas mas os moinhos e sua propriedade

(no regime vigente de meia da primeira passada para quem lavrou, depois de retirados os 20% do proprietário do solo) permanecem sendo questão essencial (daí decorrem, por exemplo, todos os conflitos sobre o bamburro que, exatamente prescinde do uso do moinho: de capital, se quisermos). De qualquer maneira, no "apuro" entra azougue. E, essa é a crença, uma certa dose de azougue é imprescindível até para recuperar parte do que ficou indevidamente retido no moinho.

O problema é de outra ordem; é isso que é importante perceber. A idéia funciona mais ou menos assim: grelha mais ou menos aberta, martelos mais ou menos desbalanceados, são estratégias, são barganhas, são comparações, são controles "no olho", que uma e outra partes interessadas fazem. Uma parcela de ouro fica retida; e isso todo mundo sabe. Se não puder usar o azougue como deve ser na hora do apuro, piora. Isto não implica, tanto para os moinheiros como para os filãozeiros, em descreer da necessidade de se fazer um uso mais ambiental do mercúrio. Acarreta, porém, numa exigência de que esses usos devidos tenham uma cara muito definida; até para que novas estratégias de barganha, novos regimes, uma nova "lei" do garimpo se institua.

Nesta esfera, portanto, o meio ambiente penetra. Não chega a definir identidades, embora instale uma espécie de confusão identitária. A capacidade de deter informações, de estar mais em dia, mais em contato com as agências e os agentes políticos que processam o meio ambiente em Poconé, de ter mais "conhecimento" do que é de fora e de ser do convívio dos importantes de dentro, torna-se fator de primazia. Saber a quantas anda o meio ambiente, a quantas andam as acusações ligadas ao assoreamento e, sobretudo, ao azougue, funciona, assim, como um capital e transforma-se em elemento de "distinção" (Bourdieu, 1979). Isto porque, como apreciamos, conhecer antes o meio ambiente implica em possuir antes os dados sobre os novos aspectos que serão barganhados.

O meio ambiente é, sem dúvida, em Poconé fator preponderante na tradicionalização da dinâmica que se estabeleceu. O controle do saber e do exercício do que se instituiu como do meio ambiente é definidor

do mapa social do garimpo que se criou após o fechamento. A (re)instauração de uma dinâmica maior, hipoteticamente própria do garimpo, ao nível político e produtivo, não é coerente com o garimpo do meio ambiente. Por outro lado, mesmo os níveis onde persiste uma certa dinâmica - um certo agenciamento entre várias partes, vários grupos de garimpeiros - são percorridos pelo poder e pelo saber decorrentes do modo como o meio ambiente se apresenta e foi apropriado em Poconé.

O caráter totalizante do discurso ambientalista em face do garimpo ganhou reduplicação na "cidade do garimpo do meio ambiente". Da mesma maneira, não existem interlocutores definidos para questões e valores precisos. Em nome do meio ambiente, a maior parte do poder de barganha, da capacidade de operar, como "outro", eixos de valor comuns estabelecidos, inexistem. Diferentes tipos de garimpeiros, diferentes tipos de "poluidores" não é algo que exista, do mesmo modo, portanto, que não existem "poluições" diferenciadas. A totalização comum ao meio ambiente faz, assim, com que a tradicionalização da dinâmica, a totalização seja o caráter próprio do "município do garimpo do meio ambiente", Poconé.

4. GARIMPEIROS DE POCONÉ

Uma tipologia simples dos "garimpeiros de Poconé" inclui três grupos básicos: grandes, moinheiros e filãozeiros. Estas são o que podemos denominar "categorias relacionais" (sobre a noção, cf. Duarte, 1986) do garimpo de Poconé. Isto significa que são categorias disponíveis que, dependendo da situação, dos atores presentes, do jogo de forças exposto, os garimpeiros empregam para se classificar e aos outros. Uma vez essa conjuntura alterada, as mesmas pessoas podem identificar-se sob outra categoria, embora, obviamente, haja um estoque disponível limitado para cada ator.

Deste modo, uma pessoa pode ser num dado momento filãozeiro, noutro moinheiro, e noutro ainda garimpeiro de Poconé, ou garimpeiro simplesmente. Este é um estoque amplo de categorias para um mesmo ator, e implica em que além de filãozeiro ele seja também proprietário de um moinho. Rapidamente significa ainda que seu moinho será pequeno, sem o que, quase com certeza, ele tenderia a ser situado na categoria dos moinheiros e/ou também grandes. Já as categorias garimpeiro e garimpeiro de Poconé são essencialmente aplicáveis ao - e aplicadas pelo - conjunto dos atores; seu uso ou não depende basicamente da dimensão que esteja em pauta: o garimpo como um todo ou as atividades produtivas específicas; quando as categorias relacionais se tornam as significativas.

Esta diferenciação interna é extremamente importante caso se pretenda entender o garimpo de Poconé. O princípio da "oposição segmentar" (Evans-Pritchard, 1970) faz-se presente com toda a sua força e, assim, garimpo e garimpeiros só são categorias relevantes quando se trata de dimensões nacionais: garimpo x meio ambiente, garimpo x grandes empresas ou, no limite, garimpeiros de Poconé x garimpeiros do "Nortão" de Mato Grosso. Para perceber o comportamento das pessoas em face do garimpo de Poconé, e em face dos problemas e transformações que estejam sendo colocados, há, assim, que considerar as categorias de identificação internas.

A nível nacional, existe um forte divórcio ideológico entre capital e trabalho, que se atualiza de forma peculiar e é, assim, relevante para a compreensão das identidades do garimpo de Poconé. No mesmo nível, estabeleceu-se recentemente um debate ideológico sobre o porte do capital. Estabelecida e bem aceita sua inexorabilidade, passa-se a defender que *small is beautiful* ou, então, que a grande escala é a portadora de maior racionalidade. Noutros termos, supõe-se que o político é anulado, seja pela via da "pequenez", das relações face a face numa micro ou média empresa - regidas por leis e exigências trabalhistas e tributárias específicas, seja pela impessoalidade - também regida e fiscalizada "legalmente" - vigente no "mundo grande".

As identidades internas do garimpo de Poconé não são exatamente identidades de resposta, identidades cujos elementos se constituem por relação a acusações existentes. Esta característica funcional só existe quando se trata de garimpo e de garimpeiros das categorias genéricas e, deste modo, de lidar com acusações ambientalistas ou de desordem social. Constroem-se sim, prioritariamente, via oposição entre capital e trabalho e, ainda, de acordo com o "momento", com o tipo de processos de produção precisos vigentes naquela época, naquele microtempo do garimpo.

As relações de produção do garimpo de Poconé abarcam uma teia complexa e é impróprio considerar cada uma isoladamente. Assim, também as identidades produtivas obedecem ao mapa conjuntural definido pelo garimpo como um todo. Os grandes são os únicos que tendem a estar "fora do mapa". Ao realizarem a lavra, o beneficiamento do cascalho e o beneficiamento do rejeito isoladamente, e ao fazê-lo em solo seu, encontram condições de alhear-se da teia. Sua participação dá-se, então, na esfera política, via agenciamento individualizado e lide com os problemas do garimpo; do que, entre os produtores de ouro, se tornam os porta-vozes mais destacados.

Já a distinção entre as várias etapas - lavra, primeiro beneficiamento e beneficiamento de rejeito - e a posse dos diversos equipamentos adequados à especialização em cada uma delas é que são relevantes na

construção do mapa das relações de trabalho onde os diversos atores e as diversas identidades produtivas encontram lugar e se definem. No sistema vigente, o proprietário ou o arrendatário do solo tem direito a 10 ou 20% do ouro obtido na primeira passada. O contrato entre o proprietário e o arrendatário, via de regra, prevê uma quantia fixa em ouro, independente da produção. Neste caso, portanto, o proprietário passa a estar fora, optando por recolher "o certo". Torna-se uma espécie de *landlord*, proprietário de capital em áreas boas de ouro e é fundamentalmente encarado sob um prisma negativo, sobretudo pelos filãozeiros - os que não detêm capital e se inserem no processo como mão-de-obra livre.

Há moinheiros - proprietários de moinhos e que realizam a primeira fase do beneficiamento - que são também proprietários do solo ou arrendatários. Neste sentido, as acusações por parte dos moinheiros aos que vivem de renda são mais suaves. Eles mesmos recolhem uma percentagem - de 10 a 20% - decorrente do direito sobre o solo e, assim, a acusação constitui-se via noção de risco. Eles, moinheiros proprietários ou arrendatários de solo, arriscam, têm gastos, muitas vezes não têm retorno garantido para os investimentos em equipamentos e rebaixo, ao passo que os outros, os que arrendam, têm o seu garantido. De qualquer modo, eles são mais garimpeiros, estão dentro do processo produtivo e a acusação dilui-se, via noção de risco, exatamente por usar a mesma matriz justificadora para o percentual - metade do obtido na primeira passada, após retirados os 10 ou 20% do proprietário - que cobram dos filãozeiros.

Os filãozeiros são os lavradores de cascalho, digamos assim. Trabalham num "sarrilho", ou "banca", em grupos de dois ou três - mais raramente quatro - e dividem entre si a "meia" obtida. Usam várias categorias para se auto-denominar: filãozeiros, manuais, classe média. São eles que efetuam a lavra não-mecânica e, assim, estão intimamente relacionados à categoria dos moinheiros - proprietários dos moinhos que realizam o beneficiamento do cascalho que os filãozeiros retiraram -, face aos quais acionam forte distinção; via, exatamente, oposição capital-trabalho. A meia constitui-se, neste sentido, no problema

identitário e produtivo essencial. Os donos do moinho ficam com a meia sem terem qualquer trabalho duro; essa é a opinião dos filãozeiros. Ficam, além disso, donos do rejeito que, ainda segundo os manuais, tem muito. Em torno da meia se fala longamente. Simboliza a diferença, simboliza o capital, simboliza a barganha e o que deve ser garantido e, ao mesmo tempo, discutido: sinal de exploração e pobreza junto com sinal de participação, de entrada de garimpo, no tornar-se "classe média".

São raros os filãozeiros que fazem relatos da história do garimpo de Poconé, e essa ausência de domínio simbólico é expressiva. Como se observou, o recurso às matrizes "históricas" é raro e atributo de lideranças políticas, no seu esforço de permanência no poder na "dinâmica tradicionalizada" do garimpo de Poconé. Aos moinheiros cabe efetuar os relatos mais lineares sobre a história do surto recente. Deste modo, a ausência de domínio simbólico por parte dos filãozeiros reflete ainda sua não participação na lavagem de quirera inicial. O ingresso dos moinhos no aproveitamento do cascalho solto ainda não implicou no surgimento da categoria dos filãozeiros. Num aparente paradoxo, é só com o início da lavra - do que, potencialmente, estaria associado a uma complexificação das atividades de garimpo no município - que os filãozeiros, os lavradores de filão das cascalheiras, aparecem como mão-de-obra essencial.

Os moinhos, neste sentido de beneficiamento no segundo momento do garimpo de Poconé, são, portanto, centrais. Vieram pouco antes da lavra e o beneficiamento da lavra não mais se fez sem moinhos. A interdependência entre as duas categorias, moinheiros e filãozeiros, o que as torna categorias relacionais, gira, assim, exatamente em torno dos moinhos. Os moinheiros só são moinheiros porque moem o cascalho lavrado pelos filãozeiros e estes só têm seu material beneficiado pelos meios de produção dos moinheiros; é por relação a estes que são filãozeiros. O porte do capital só ser fator relevante mas, do ponto de vista dos filãozeiros, freqüentemente não o é. O fundamental é que os moinheiros continuem sendo uma categoria associada e, neste âmbito, que admitam a meia, que a lei fique clara; e não - como vem acontecen-

do - que queiram aumentar o seu percentual em nome de serem proprietários do solo ou dos riscos reservados aos donos de capital.

Nesse quadro, a maior distância identitária é a que existe entre filãozeiros e grandes do garimpo. Não há qualquer interdependência. Os grandes giram na sua esfera, privilegiam as relações pessoais distintas, o agenciamento junto à classe política, em detrimento das relações de trabalho e pessoais, no sentido vulgar. Ser empregado de garimpo é uma categoria que em nada atrai os filãozeiros e, para os grandes, tampouco é categoria relevante: manda-se embora todos os operadores de máquina e lavradores contratados assim que se duvide do total poder do dono do garimpo sobre o produto da lavra. Os filãozeiros sabem não deter qualquer poder de barganha sobre os grandes enquanto massa de trabalho. Não há meia que sirva para entreter qualquer vínculo e, ao substituir a mão-de-obra por máquinas - e, mesmo, por um garimpo de geologia e de engenharia de minas - descartam qualquer acesso dos filãozeiros ao produto principal, o ouro.

A categoria "classe média", que por vezes os filãozeiros empregam para se classificar, é extremamente ilustrativa. Simboliza seu caráter profissional, de "profissionais liberais" da lavra e, ainda, seu direito ao bem físico, ao ouro, decorrente de sua participação no processo. Nesse momento, capital e trabalho é a oposição central e, simultaneamente, a que mais se deveria descartar. É impossível prescindir dos moinhos e, portanto, abandonar as eternas barganhas quotidianas, em torno da percentagem de direito, com os moinheiros. Por outro lado, exprime o direito de ser profissional, de querer estar fora da oposição definidora, entre capital e trabalho.

Dois tópicos, razoavelmente presentes, ilustram bem este problema: o bamburro e o lavar em área pública, de todos. As histórias de bamburro são sempre rocambolescas e faladas tanto pelos moinheiros como pelos filãozeiros. Trata-se, essencialmente, de dizer se a dependência do capital - seja em terra, em área de cascalheira, seja em meios de produção, em moinhos - é ou não definidora da categoria filãozeiros. Para os moinheiros, é: se o bamburro foi em terra sua ou se

o filãozeiro está moendo consigo há tempos - em área onde fez rebaixo ou onde tem bomba d'água sua - ele é obrigado a dividir. Não importa se as pepitas ou o ouro trefilado que foi encontrado prescindem de beneficiamento. Do ponto de vista dos moinheiros, os filãozeiros são aqueles que lavram ouro primário que tem de ser moído e ponto. Já para os filãozeiros, não. Eles só são manuais, só não tem capital. Se a sua atividade reverteu num produto que prescinde do uso de capital, então o bem é seu. Eles são lavradores de ouro e é por razões circunstanciais - as características da lavra hoje em Poconé, o tipo de extração que se faz etc. - que precisam do capital de outrem, que precisam depender de bens de capital. Portanto, o que obtiveram é seu e ponto. (Sintomaticamente, aliás, o bamburro não é usado para a capitalização no garimpo. As histórias que foram relatadas nunca contêm a compra de moinhos. O bamburro serve para casamento, para a compra de casa para si ou para mãe etc.; ou seja, serve para "progredir" enquanto "classe média").

Outro aspecto interessante em termos de distinções identitárias é o associado ao local de trabalho. A propriedade do solo está diretamente ligada à posse ou não de equipamentos garantidores da continuidade da lavra: bombas d'água e retroscavadeiras para rebaixo. Trabalhar em área pública, neste sentido, não mais significa necessariamente não ter obrigações com relação ao capital, não significa não atualizar a oposição. Aliás, está em curso um processo de incremento na percentagem cobrada pelo direito sobre a terra, atingindo igualmente as áreas públicas, que estão desaparecendo. Noutros termos, a possibilidade, para os filãozeiros, de se comportarem como classe média, de se definirem ainda por relação aos grandes, como seu oposto mais radical, vem se exaurindo. A terra não é mais um bem, de peso fundamental. A possibilidade da isenção de relacionar-se com esse capital diminui, no mesmo compasso em que a posse de equipamentos, de outros bens de capital, se torna fator decisivo na argumentação sobre os "direitos" e, assim, na feitura de um perfil simbólico para a lavra e para os que a fazem.

A centrífuga, ou o tambor amalgamador, é outro bem instituidor de

distinções produtivas e identitárias importantes. Coaduna-se, em termos do mapa de relações produtivas do garimpo mais complexo, com moagem de rejeitos. Existe uma especialização em moagem de rejeitos. Estes moinheiros não estão identitariamente ligados aos filãozeiros. Os filãozeiros sabem que, do rejeito, os moinheiros ainda vão extrair muito ouro mas, freqüentemente, sequer falam da existência dos "moinheiros de rejeito". Para eles, tudo se confunde numa mesma categoria dos que detêm bens de capital e se distinguem deles que, neste plano, são mão-de-obra. É face aos moinheiros *tout court* que a distinção é mais operante. Os moinheiros são só os moinheiros quando não lavram e retiram a meia do cascalho. São também moinheiros, e não moinheiros de rejeito, quando, detentores do ouro contido na pilha de rejeitos, optam por vendê-lo a quem se especializa em tratar rejeito. Vendem em bloco, a partir de uma avaliação média de teores e, se em grande escala, a proprietários de moinho e centrífuga; quando, supõem os moinheiros, o aproveitamento dos teores contidos será superior. Com freqüência, associam o fato de fazê-lo a seu baixo índice de capitalização: ao eixo identitário que os percorre e aos filãozeiros: terem risco, terem quebra de máquinas, terem custo de martelos e de energia e, portanto, a justificativas sobre serem moinheiros donos da meia.

Os moinheiros de rejeitos constituem, portanto, uma categoria com razoável dose de congruência interna. É uma atividade precisa e que se exerce à parte, de certo modo, dos demais problemas de Poconé ou do seu garimpo. Trata-se, essencialmente, de ter o capital necessário para ter um moinho - e, às vezes, uma centrífuga - e para dedicar-se à atividade de moagem de rejeito. Não por acaso, essa categoria é composta, na sua maioria, por pessoas originárias de fora de Poconé. É uma atividade como outra qualquer, no sentido estrito. As pessoas chegam com dinheiro, com ouro ou com caminhão, e trocam por equipamentos, instalando-se, via de regra, num terreno que já tem rejeitos, não "dos antigos" mas do início da fase atual do garimpo de Poconé:

Igual você, por exemplo. Você tem uma terra, né. E a terra tem água e tem um lugar bom pra fazer rabo-de-bica, né. Daí cê pega e cê faz uma rampa, né, um moinho e tudo e vai moendo a terra dele, mas a terra não é sua. O moinho não é dele, é seu. Aí você pega e vai moendo e vai pagando a renda pra ele por semana. (...). Paga renda pra ele (...). Com o que ficou, que foi os outros que moeram.

De certo modo, o eixo que une os moinheiros de rejeito ao garimpo é da ordem temporal e não um eixo diretamente produtivo. Ao passo que moinheiros e filãozeiros encontram na oposição capital-trabalho - e nas formas diversas de apropriá-la - sua base identitária relacional, os moinheiros de rejeito lidam com o garimpo de fora, em termos dos seus diversos "momentos"; quando moem o que ficou na primeira época do garimpo e quando moem o que ficou como rabo-de-bica da primeira fase do beneficiamento. Seu tempo é outro, de qualquer forma, do mesmo modo que são outras as referências básicas de sua identidade. Estão acoplados ao sistema do garimpo como um todo, mas estão relacionados, com os moinheiros e com os grandes, a partir da posse diferencial da terra e da posse do rejeito. Detêm algum capital mas não detêm terra para lavra, cascalheiras. Assim, não são moinheiros nem são grandes. Dependem, porém, do direito ao acesso à terra e à água para lavagem. Em última análise dependem, também, de que sua atividade possa persistir como atividade à parte, que vem logo "após o garimpo"; então sinônimo de lavra e/ou primeira passada, primeiro beneficiamento.

Quanto a este último ponto, constroem sua identidade produtiva por relação ao garimpo como um todo. É em áreas de grandes - a área a jusante do Tanque dos Padres é um exemplo - que ficaram donos do rejeito que ali era produzido pelos moinhos - quando ainda havia forte independência do fator posse do solo - que os maiores rejeitos históricos estão. Os grandes desenvolvem estratégias de permanência no garimpo a partir de sua independência com relação ao sistema produtivo conjunto. Do mesmo modo, portanto, os moinheiros de rejeito consideram sua atividade como à parte, dependendo apenas de que a história de um garimpo composto possa persistir. Ou, noutros termos, que o eixo que

conduziu à legitimação dos empresários do garimpo - sua independência em termos produtivos - não implique em desfazer a legitimidade do sistema composto, tanto em termos conjunturais como na perspectiva temporal: garantia de independência dos moinheiros de rejeitos, de sua especialização, de sua identidade produtiva.

O beneficiamento mineral desdobra-se, assim, em diversas facetas. Do ponto de vista dos filãozeiros, o problema é mais o da continuidade da lavra manual. É algo como a viabilização de lavra a céu aberto em profundidades maiores, ao mesmo tempo que a continuidade do seu poder de barganha, em termos do respeito à meia por parte dos diversos moinheiros; da capacidade de controle sobre os que, detentores da meia do cascalho e beneficiadores, fazem com o que é ou, na sua opinião, devia ser "de todos": a terra com ouro. Do ponto de vista dos moinheiros, trata-se tanto de barganhar a meia como de diminuir custos de produção: menos quebra de martelos, custos ambientais mais definidos, como os que estão associados ao rebaixo. Questões ambíguas e onde o fundamental persiste sendo o controle do que deverá ocorrer, coerente com sua posição "intermediária" de donos de capital - não grandes - e de lide com mão-de-obra, com os lavradores de cascalho.

Para os moinheiros de rejeito, os que mais evidentemente se dedicam a uma atividade de beneficiamento - passando duas e três vezes o rabo-de-bica - o essencial ainda reside noutro plano: seu reconhecimento enquanto beneficiadores, enquanto parte de um sistema composto e múltiplo, tanto em termos históricos como conjunturais. Se, no lugar de moerem duas ou três vezes o rejeito, se revelar interessante moer só uma, certamente não haverá problemas. Contudo, o fundamental é que sua especialização persista; e sem rejeito ela some: tudo, potencialmente, se torna "empresas modelo de garimpo".

Do ponto de vista dos grandes, trata-se - já deve ter ficado evidente - de criar legitimidade para a atividade. Se o modelo mais comum é o que incorpora uma racionalidade própria da engenharia de minas, cabe apenas decifrá-lo, torná-lo útil, estar ciente dos custos e garantir que os benefícios advindos não perturbarão a hegemonia que es-

tabeleceram em termos do processo histórico recente do garimpo de Poconé. Trata-se, em suma, de garantir que os agenciamentos políticos a que procederam e que asseguraram sua posição como "os garimpeiros de Poconé" não sejam afetados pelas alterações que uma engenharia de minas poderia introduzir; que, portanto, a hegemonia que construíram na dinâmica tradicionalizada do garimpo do meio ambiente de Poconé mais se reforce com o novo que caberá a eles introduzir e, assim, controlar.

A ausência da dimensão política, no sentido amplo próprio da "modernidade" - de explicitação de relações de força entre grupos sociais diferenciados numa arena própria - é um dado relevante quando se trata das identidades dos garimpeiros de Poconé. Ao mesmo tempo que a esfera produtiva é determinante - o que é, via de regra, coerente com uma visão de mundo "moderna" - não são encontráveis outros parâmetros que costumam vir junto, na representação ocidental de mundo. O exercício da política pessoal é a tônica vigente no espaço político, e vem junto com a tradicionalização da dinâmica que privilegia uma visão de mundo "moral", marcada pelo controle, por uma hierarquização estrita de pessoas, poderes e atividades.

A racionalidade comumente associada ao grande, às grandes empresas - e, assim, ao conhecimento mineral, a tecnologia, a engenharia de minas ou metalúrgica -, ao grande capital, é um elemento ideológico operante no garimpo de Poconé. Por outro lado, a vertente ideológica nacional que privilegia o pequeno e uma intensificação das relações pessoais, face a face, também se insurge. O que ocorre, porém - para traduzir segundo esses parâmetros -, é uma apropriação de elementos esparsos de cada uma das vertentes na construção de uma forma de poder que anula a representação política da diversidade e da inter-relação produtivas. Assim, o ponto não é a existência ou não de "pequenas empresas de garimpo". Tampouco é o de uma racionalidade adequada a "empresas". Ambos os elementos são percebidos pelos grupos sociais que exercem o político, no seu sentido estrito, ou que se agenciam junto a ele e, desse modo, são potencialmente acionados para fora. Contudo, servem, essencialmente, como estratégia de legitimação

e de reprodução da dinâmica tradicionalizada do garimpo de Poconé já que, exatamente, se prestam à anulação de uma compreensão e de uma dinâmica mais correspondentes às relações produtivas de fato vigentes no garimpo; à anulação, em última análise, de equivalências maiores entre as identidades garimpeiras e de transformações relativas e de forças - que um espaço político moderno engendraria.

As Tabelas 3.1 e 3.2 exprimem alguns dos aspectos populacionais associados ao surto recente do garimpo em Poconé. Quando se analisa a primeira, "Variação comparativa da população urbana e rural no município de Poconé, entre 1977 e 1990", observa-se a manutenção, ainda que em índices baixos, do crescimento da população urbana até ao ano de 1980, enquanto que a população rural apresenta índices negativos. Caracteriza-se, deste modo, um processo efetivo de saída das áreas rurais dentro do quadro, vigente até essa data, de manutenção da agricultura e da agropecuária como atividades básicas do município.

Já a Tabela 3.2, "Variação da população do município de Poconé, entre 1977 e 1990", complementar à outra, mostra que, no conjunto, a população vinha-se mantendo apenas dentro dos índices médios de crescimento vegetativo da população brasileira e, mesmo, ligeiramente abaixo. Em 1981 o crescimento populacional dá um salto; no ano, portanto, do (re)início da atividade garimpeira. O crescimento da população rural é, então, comparativamente superior - o que traduz o fato dos garimpos não estarem concentrados no perímetro urbano, mas, sim, espalharam-se por outras áreas do município: aí incluído, com bastante peso, o distrito de Cangas. (Não se dispõe ainda de dados precisos quanto ao incremento da pequena produção rural e à instalação da usina de álcool, na área do "Chumbo", embora haja que admitir-se que parte do crescimento possa ser devido a estes aspectos, mais ou menos consentâneos ao (re)início do garimpo).

O crescimento populacional, em ambas as áreas, rural e urbana, mantém-se elevado e estável até ao ano de 1986, quando começou o processo de "fechamento". Fica, pois, patente o ingresso de pessoas de fora ao município no período do auge do garimpo. O declínio no ano

de 1986 é notável, acentuando-se apenas ligeiramente em 1987. De lá pra cá manteve-se um crescimento ainda em taxas bastante superiores (cerca do dobro) às perceptíveis até 1981. Este elemento tanto pode expressar a retomada do crescimento vegetativo normal - embora uma taxa média de 5,50% ao ano seja elevada - e que, efetivamente, tenha havido uma queda nessa taxa até 1980, como pode estar ligado ao aumento populacional que o garimpo produziu, com a estabilização de parte das pessoas vindas de outras regiões. Vale ressaltar, contudo, a "estabilidade" das taxas até ao corrente ano.

Tabela 3.1 - Variação Comparativa da População Urbana e Rural no Município de Poconé, entre 1977 e 1990.

ANO	POPULAÇÃO URBANA	VARIÇÃO (%)	POPULAÇÃO RURAL	VARIÇÃO (%)	DIFERENÇA (URB./RURAL) (%)
1977	11705	.00	10163	.00	15.17
1978	12242	4.59	10097	-.65	21.24
1979	12790	4.48	10032	-.64	27.49
1980	12347	4.35	9967	-.65	33.91
1981	14545	8.98	10913	9.49	33.28
1982	15890	9.25	11860	8.68	33.98
1983	17234	9.02	12937	9.08	33.91
1984	18889	9.03	14105	9.03	33.92
1985	20592	9.02	15377	9.02	33.91
1986	21676	5.26	16271	5.81	33.22
1987	22867	5.49	17166	5.50	33.21
1988	24125	5.50	18110	5.50	33.21
1989	25452	5.50	19105	5.49	33.22
1990	26851	5.50	20156	5.50	33.22

Fonte: Anuário Estatístico de Mato Grosso
FCR - Fundação Cândido Rondon

Tabela 3.2 - Variação da População no Município de Poconé, entre 1977 e 1990.

ANO	POPULAÇÃO POCONÉ	VARIÇÃO
1977	21868	0.00
1978	22339	2.15
1979	22822	2.16
1980	23314	2.16
1981	25458	9.20
1982	27750	9.00
1983	30261	9.05
1984	32994	9.03
1985	35969	9.02
1986 (*)	37947	5.50
1987	40033	5.50
1988	42235	5.50
1989	44557	5.50
1990	47007	5.50

(*) 1986 é o ano do início do processo de "fechamento do garimpo".

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Mato Grosso

FCR - Fundação Cândido Rondon

5. NOTAS

Vale a pena fazer um breve à parte para exemplificar o que se entende por caráter totalizante. Existem dois grandes modelos discursivos típicos: o "hierárquico" e o "individualista", próprio da modernidade ocidental. A ideologia hierárquica é aquela onde o todo tem supremacia sobre as partes, e o exemplo típico é o da sociedade indiana de castas. Nesta construção, qualquer parte só existe, só ganha sentido por referência ao todo; não pode ser explicada em si mesma. Já na ideologia "individualista" crê-se na existência de cada parte por si. Os indivíduos, ou as categorias sociais, preexistem ao conjunto; primeiro pensa-se-os, para, só então, pensar sua relação com um dado conjunto envolvente - ao qual também é conferida autonomia, o qual não significa necessariamente um todo, uma "totalidade". (Toda essa discussão tem em Dumont, 1966, uma referência fundamental. Sua atualização para o Brasil foi, por exemplo, feita por DaMatta, 1980 e por Duarte, 1986).

Quando se passa para o plano das identidades sociais e para o do caráter das construções ideológicas, bem como para o de sua inter-relação - aquilo de que tratamos aqui - a questão complica-se mais um pouco. Deste modo, não podemos considerar o discurso ambientalista hodierno no Brasil como hierárquico, no sentido clássico. Tampouco é a inter-relação, não obstante fundamental, entre o garimpo e o caráter discursivo do meio ambiente. Qualquer identidade se constrói definindo oposições (Barth, 1969 e Cardoso de Oliveira, 1976). Contudo, as oposições não se apresentam de forma linear, os elementos não se encontram num plano equivalente de valor (Portela, 1987). Uma dada identidade, ao se afirmar, define um lugar para o "outro" que constrói; ou, forçando os termos, dá-se também uma formação, de modo "hierárquico", de valor, nesse processo ainda vulgar de construção e afirmação dos discursos e identidades. Aqui esse processo implica, contudo, numa espécie de "apagamento" do outro: o garimpo só (re)surge como negação, como avesso de um "si mesmo" que engloba tudo.

BIBLIOGRAFIA

BARTH, Fredrik. Introduction. In: ETHNIC GROUPS AND BOUNDARIES. Londres, G. Allen & Unwin, 1969

BOURDIEU, Pierre. La Distinction: critique sociale du jugement. Paris, Minuit, 1979.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo, Pioneira, 1976.

COHEN, Abner. "Introduction: the lessons of ethnicity". In: Urban ETHNICITY. LONDRES, Tavistock, 1974.

DaMATTa, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

DUARTE, Luiz. Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.

DUMONT, Louis. Homo Hierarchicus: Le Systeme des castes et ses Implications. Paris, Gallimard, 1966.

EISENSTADT, S. Revolução e a Transformação da Sociedades: Um Estudo Comparativo de Civilizações. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

EVANS-PRITCHARD, Edward. Os Nuer: Uma Descrição do Modo de Subsistência e das Instituições Públicas de um Povo Nilota. São Paulo, Perspectiva, 1978.

FERREIRA, Jurandyr, (Planej. e Orient.). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. XXXV Volume. Rio de Janeiro, IBGE, 1958. v.35.

